

Maria de Lurdes Pintassilgo

## PORTUGAL E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

Peço desculpa de ficar sentada mas data a minha condição de decana desta mesa eu pedia este benefício.

Eu vou tentar falar durante os vinte minutos que me são dados e, aviso desde já, que vou fazer uma descrição, descrição entre aspas, da nova ordem internacional e logo a seguir de um dos seus elementos, que é o que nos reúne aqui, da sociedade civil, para no fim propor, ou dizer, algumas pistas possíveis que existem neste momento.

Ora bem, eu desde os anos '70 que falo da nova ordem internacional, simplesmente as palavras hoje têm um significado diferente. Havia nessa altura, em '74, uma grande esperança no mundo e não era só por causa da nossa revolução é que em '74 e '75 a ONU por iniciativa da Argélia e do México elaborou uma Declaração e uma Carta sobre os Direitos e Deveres dos Estados e onde afirmava que todos os Estados tinham a soberania sobre toda a sua riqueza. Evidentemente estava no princípio, tinha havido o primeiro choque petrolífero e estava no princípio a OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo). Mas, da nossa confiança, sabendo nós que os preços do café eram nessa altura mais baixos do que tinham sido trinta anos antes, o preço do cacau que afecta os países tropicais, afectava o Brasil a questão dos café, a questão do cacau afectava e a questão da borracha afectava os países da costa Ocidental da África, em particular a zona da Côte d'Ivoire e (digo Côte d'Ivoire porque eles não querem que se traduza, portanto, tenho de manter o nome que eles querem). Nessa altura muitos de nós sentimos essa situação e essa declaração e Carta como uma janela aberta sobre um futuro diferente.

Era isto que eu e os meus amigos do M.F.A pensávamos, em particular o que não está aqui mas está, de alguma maneira, o Coronel Melo Antunes e era a isto que chamavam, chamavam certas pessoas, nos chamavam os terceiro mundistas e foi por causa disso que ele, por exemplo, foi retirado da UNESCO, etc. etc., pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Freitas do Amaral. Revista esta época e as Actas das reuniões internacionais, desenvolvem largamente essa esperança nova.

No entanto ela foi de pouca dura. Porquê? É que entretanto as necessidades financeiras desses países eram tais que começaram os empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Esses empréstimos onde os Estados Unidos tinham nesse momento a maior cota, tinham 22%, neste momento é a União Europeia que tem mais poder dentro do Fundo Monetário, levaram a maioria dos países em desenvolvimento a aceitar – eu costumo dizer passivamente porque acho que deviam



ter dado mais luta mas enfim – a ajuda e essa ajuda, paradoxalmente, o serviço da dívida, que, por exemplo, reconduziu a Jugoslávia à situação em que estava quando se começou a esboroar, porque eles pagaram sempre o seu serviço de dívida, tinham os empréstimos absolutamente em dia e outros países, não eram os únicos, mas a relação causa – efeito foi muito forte. Para que servia então o dinheiro do serviço da dívida? É que os Estados Unidos eram nessa altura, na era Reagan, eram nessa altura o maior país devedor do mundo e, portanto, a sua dívida acabava por ser, por absorver...

...da Internacional. E falo ainda no contexto das Nações Unidas. Depois, Bush filho volta a marcar como horizonte uma nova ordem internacional. Mas aquela que, para quem as Nações Unidas são dispiciendas, e que, diz claramente, que pode fazer tudo sem as Nações Unidas e que corresponde àquilo que os meus colegas de mesa têm vindo a dizer, à existência real, prática do Império Unilateral, um império que pela primeira vez na história do mundo, se estende a todos os domínios e a todos os continentes. Ninguém está fora deste Império e desta hegemonia. Estamos, portanto, numa situação que não tem comparação com o Império Romano ou com outros impérios, nem sequer com o Império da China que tinha pouco carácter expansionista e também os meios de comunicação eram diferentes. E, sendo as coisas assim, podemos perguntar, podemos então falar de nova ordem internacional? A meu ver não. Usar como nova ordem internacional quando ela neste momento semanticamente está a ser usada do modo que acabo de referir, não pode ser usada. Nós é que estamos, por isso, num enorme vazio de uma nova ordem internacional que é paradoxalmente necessária e mais do que urgente.

E mais do que urgente porque uma a uma vão perdendo consistência as organizações multilaterais. É claro que os Estados Unidos gostavam de utilizar a OTAN, ou a NATO, mas é importante ver que a NATO foi utilizada pela última vez no Kosovo e aqui em Portugal – penso eu – com a oposição de todos nós e outras figuras públicas que tomaram também posição e nós participámos, o país, Portugal participou, quando bastaria – isto era a grande salvaguarda da NATO – quando bastaria um só voto para impedir o processo. As decisões na NATO são por unanimidade e, portanto, era preciso só alguém com força, alguém com força, que fosse capaz de arriscar em nome dos valores que estavam em causa. Não entro na questão toda do Kosovo e da Jugoslávia, conheço demasiado bem e emocionalmente estou muito metida, mas logo a seguir, é curioso ver que a NATO não foi chamada para o Afeganistão, não foi para o Iraque e actualmente, o próprio G8 está passando ao lado quer da NATO quer dos verdadeiros problemas. O G8 não é uma organização democrática, evidentemente, mas também não foi concebida, inicialmente por Giscard d'Estaing e Helmut Shmit, não foi concebida para ser um órgão de decisão. A primeira vez que se reuniram – nessa altura o G7

– reuniram-se num palácio há em Rampolier, numa floresta ao pé de Paris e era uma conversa durante dia e meio, evidentemente com a agenda preparada, mas que não tinha de modo nenhum a repercussão que veio a ter e que este ano teve, mas simplesmente um dos membros – eu lia em todos os jornais, ele ia com um plano para África, foi Chirac da França. Mas, o próprio presidente da Nigéria, que é um amigo pessoal, que foi general mas é civil já há muito tempo, e que um dia prestou juramento para o seu segundo mandato como presidente da Nigéria, voou para encontrar, porque já estava tudo mais ou menos acertado, o G8 e poder explicar qual era neste momento o grande plano que Budflika, o Mubarak, o Beck e ele próprio tinham em relação a África e ao seu desenvolvimento, mas é claro, foi mas nem sequer houve tempo para discutir uma coisa dessas. Apenas se discutiram as coisas que vieram no jornal e que são de interesse primeiro, podemos dizer, das grandes potências, mas sobretudo dos Estados Unidos. E o grande desejo que a França e os Estados Unidos tivessem paz entre si o que também não aconteceu apesar dos apertos de mão virem em primeira mão. Até parecia uma cópia da capela Sistina.

Mas todos nos lembramos dessa frase terrível de Ramsfeld que é realmente uma figura sinistra do nosso tempo, a frase que citei à pouco “Se não vierem connosco – disse ele aos Britânicos – nós vamos sozinhos”. Ora, face a esta situação aconteceu uma coisa esta semana que me leva a considerar que vivemos uma semana trágica e que me devia levar a dizer: “Meus amigos, eu não sei nada, eu não tenho nenhuma solução e a não ser que toda a gente entre dentro de si e descubra o demónio do poder que está em si”, seria a única coisa. Mas esta semana foi trágica. Deu-se uma perversão total de uma qualquer ideia de uma ordem internacional. Quando a administração americana, por meio daquele senhor que teve algumas das iluminações que conduziram à guerra no Iraque, o subsecretário da Defesa, quando esse senhor veio dizer com aquela candura americana que a gente conhece e até acha graça quando é com os amigos e quando estamos a tratar de coisas em que há uma grande comunhão de espírito. Quando veio dizer que de qualquer modo havia armas. A argumentação de que havia armas de destruição maciça no Iraque e que isso constituía um perigo para a região e para a humanidade, ele explica, não só as tais razões burocráticas, mas diz “Isto foi mentira, foi inventado”, são as palavras dele, para se poder fazer uma guerra sangrenta ao Iraque que iria permitir, além de todas as razões que nós conhecemos, retirar as forças americanas estacionadas na Arábia Saudita donde vem o dinheiro e diz-se, talvez, grande parte do treino das forças terroristas.

E com tal mentira mataram-se milhares de pessoas, destruiu-se um país, criou-se no mundo um desespero, uma impotência, uma imensa revolta. Não há neste momento, mau grado o que dizem, ou podem dizer os chefes de Estado, não há neste momento no mundo ninguém que esteja de acordo com o que aconteceu. E apesar de tudo os ingleses que têm tudo, têm uma democracia de

seiscentos anos, vão colocar o primeiro ministro em muito maus lençóis, porque vai ser a primeira vez que, à posteriori, vai ser explicado ao povo, na Câmara dos Comuns, vai ser explicado ainda mais claramente - já houve uma primeira explicação -, porque é que o senhor Tony Blair disse que tinha a certeza que havia armas de destruição maciça no Iraque. E, realmente, neste sentido, nós estamos num mundo em que não conta a vida humana e, portanto, se não conta a vida humana isto significa uma enorme perversão de tudo. Se o mundo assenta sobre a mentira, se é esse o critério básico, então não vale a pena governar. Podemos ir ler Sócrates e ver que essa é a questão essencial. As pessoas são educadas para entrarem dentro de si próprias e encontrarem a verdade. E só esses é que podem governar a cidade, que era o esquema democrático de Atenas, claro. Quanto ao nosso conceito de democracia deixa um bocadinho a desejar, porque era só metade da população mas mesmo assim era os que tinham dinheiro e tal.

Bom, no mundo inteiro ao mesmo tempo manifestaram-se, manifestámo-nos, milhões de pessoas e os preparativos para a guerra continuaram e a guerra começou. Onde está então uma ordem internacional que oiça as vozes dos povos, que oiça as vozes dos cidadãos, onde está a democracia pela qual a administração Bush afirmava ter de fazer a guerra contra o Iraque? Para mudar o regime que era ditatorial, que democracia é esta? Assente na mentira. E isto é o limites dos vários problemas da democracia que se sentem que iam além mas que tratamos sempre com benevolência, porque foi uma escorregadela, porque não podia ser de outra maneira, porque...etc. Aquelas coisa que nós dizemos para nós aconchegarmos a nós próprios, ao fim e ao cabo, aconchegando os outros e desculpando os outros. Toda a gente ficou, na semana passada, paralisada. Mas então o que é isto? Os próprios intelectuais, os políticos mais criativos, ficaram paralisados, os intelectuais americanos disseram: “Mas então não há mais nada a fazer, não há nada a dizer. E apesar disso um americano – só para amenizar – que é um homem extraordinário, que é professor na universidade de Princeton, já é jubilado mas tem lá uma cadeira especial de Relações Internacionais e fazemos parte de um grupo em que nos divertimos imenso que existe desde 1982, e se chama Um Mundo Para Uma Ordem Mundial Justa, somos meia dúzia de pessoas mas divertimo-nos imenso quando nos encontramos e além disso ele é o que escreve e, portanto, é ótimo. Há mais outros que são assim, escribas das nossas reflexões. Mas dizia eu, numa reunião em que estivemos juntos dizia ele assim: “O aumento de uma cultura cívica mundial está a fornecer uma base democrática transnacional para desafiar os governos e dar-lhes espaço político para que actuem mais decente e eficazmente. Lembremos àqueles que acreditam ter o poder que precisam de ouvir verdadeiramente o mundo das ONG’s é daí que pode vir a orientação a seguir e não do universo dos G8 que todos os políticos escutam”.



Eu falei com ele ao telefone, nesse dia, e disse-lhe: “Olha lá, e aquilo que tu disseste numa das nossas reuniões e que vem no nosso livro?” e ele diz-me: “Sabes, é para dar esperança a mim próprio, para ver se consigo ir para a frente”. Ele que realmente vai por esse mundo de Cristo. É preciso dar esperança a nós próprios. E, de facto, há muito poucas ideias neste momento que nos mostrem uma pista para uma nova ordem internacional que seja de raiz justa. Isto é, que não tenha como raiz esta nova ordem internacional de que se está a falar de maneira que eu nem sei que expressão a gente há-de usar. Ora, não há no mundo internacional, não há história do tempo sem um sistema que lhe dê sentido. Um sistema que seja interpretativo mas que seja também normativo. Talvez outros fenómenos que nos assustam tenham a ver com esta ausência que podemos chamar ausência de alternativa. Mas concordo muito com o que o Luís disse há bocado, e isso não é e é preciso lembrar bem o que aconteceu logo a seguir à IIª Guerra Mundial, as Nações Unidas foram criadas em 1945 e a Sociedade das Nações só acabou em '46. Isto é: não se estabeleceu um hiato, o poder não caiu na rua em termos internacionais, portanto, há aqui – voltarei a tocar neste ponto de uma forma mais clara – mas neste primeiro campo o activismo é necessário. É necessário no sentido que encontremos, que procuremos em todos os aspectos esta nova, este sistema que dê sentido à vida global da humanidade. Um dos aspectos importantes que eu não queria deixar de referir é um dos aspectos que Portugal – Portugal, Espanha e a Suécia – está absolutamente... enfim, graças a estes homens do 25 de Abril que ficaram realmente, na linha de ponta e é a integração e a completa ligação entre direitos e Deveres. Porque a questão da mentira não é só faltar à verdade, é um dever de relacionamento dos homens uns com os outros, ou dos homens com as instituições que dirigem, e queria só contar-vos uma história de quais são as dificuldades que temos num outro grupo que também é assim um grupo divertido, embora substancialmente com uma idade média assim bastante avançada, é um grupo, um conselho de interacção de ex-chefes de Governo e nós em '87 – vejam só há que tempos foi – convocámos dirigentes, convocámos, convidámos, não é? Não nos cabia convocar, convidámos dirigentes das seis grandes famílias confessionais do mundo, que se pode considerar as grandes religiões e tivemos um encontro muito, muito interessante para vermos, para tentar ir mais longe sobre os deveres dos homens, uma vez que a Carta fala dos Direitos e Deveres mas fala dos Deveres no Artigo 29, a Carta Universal. E nós, é muito engraçado, nós em Portugal pusemos na nossa Constituição – vão verificar – os títulos, várias vezes, direitos e deveres económicos, direitos e deveres culturais, e depois como no outro dia eu disse numa audição que houve lá na Assembleia da República, é muito curioso, a gente vai ver o articulado dos artigos e só estão os direitos, os deveres sumiram no título, ficaram no título, isto é supor uma sociedade tão, tão, tão avançada, na sua interpretação que... Bom. Mas o que é um facto é que nós até temos esse fundamento. Fizemos uma declaração, não fomos só nós, há mais uma outra feitas por prémios

Nobel, tem havido uma proliferação, umas três ou quatro tentativas. Nós fizemos com a intenção de ser proposta pelos Estados de que somos originários no ano em que fez 50 anos a Carta dos Direitos Universais, Carta dos Direitos Humanos se quiserem. E, por exemplo, no artigo “Verdade e Tolerância” diz-se assim: “...todos têm o dever de falar e agir com verdade:” Ninguém, por mais elevado ou poderoso que seja deve mentir. O direito à privacidade e ao sigilo pessoal e profissional deve ser respeitado. Ninguém é obrigado a dizer toda a verdade a todas as pessoas o tempo todo. Nenhum político, funcionário público, gestor, cientista, escritor ou artista está isento de padrões éticos gerais, tão pouco estão os médicos, advogados e outros profissionais que têm deveres especiais para com os clientes. Os códigos profissionais e outros códigos de ética devem reflectir a prioridade de padrões gerais como a verdade e a justiça. E depois dizemos uma coisa muito inocente que é assim: a liberdade dos meios de comunicação de informar o público e criticar as instituições da sociedade e as iniciativas governamentais que é essencial para uma sociedade justa deve ser usada com responsabilidade e discrição, a liberdade dos média acarreta o dever especial de uma informação completa e verdadeira.

Ora bem, até hoje não conseguimos, e eu em Portugal tentei também junto dos Governos, não conseguimos que nenhum governo tomasse isto na mão e o argumento é, como eles dizem, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dizem assim: Ah, a minha secção jurídica diz que falar, pôr desta maneira os deveres, é diminuir os direitos. Isto é uma lógica que eu até hoje não percebi.

Quanto aos meios de comunicação social o nosso Presidente deste grupo, que é a alma e o fundador, que é Helmut Schmit, resolveu fazer na cidade onde vive que é Hamburgo, uma reunião com as grandes centrais dos órgãos de imprensa, onde esteve, naturalmente, o presidente do grupo, que eu penso que é o maior dos órgãos audiovisuais, dessa coisa toda, de jornais e dessa coisa toda... e quando veio me disse: “Oh, Maria de Lurdes, então você quer pôr aquela limitação à liberdade de imprensa!?” Eu insurgi-me na reunião e de facto insurgiram-se todos. Só por esta razão, quer dizer: nós estamos no mundo quando estamos a falar de uma sociedade global que seja de outra maneira em que temos que entender esses direitos e deveres. Mas eu falei, estou a falar de um pilar dessa ordem, ou do sistema global, vamos chamar assim para os efeitos aqui. O sistema global, ao fim e ao cabo são três realidades: é o Estado, o Mercado e é a sociedade civil. É nessa que estamos. Eu queria apenas, não sei se algumas pessoas leram uma notinha que eu escrevo de vez em quando na Visão e que escrevi esta semana também e que foi sobre a sociedade civil e o que tenho para dizer é mais ou menos o que lá está: é que a sociedade civil de que neste momento nós somos uma etapa vem a manifestar-se em todos os continentes desde início dos anos '80. E a globalização começou por ser uma coisa muito positiva visto que lhe deu a possibilidade de estar, a possibilidade das pessoas estarem em contacto umas com as outras. É muito interessante ver que nos primeiros cinco

anos, é apenas um dado que refiro porque acho muito curioso, nos primeiros cinco anos que se seguiram à queda do comunismo só na Rússia ficaram registadas trinta mil organizações, neste momento já lhes perdi a conta, vi algumas sedes de algumas dessas organizações muito modestas como eram algumas coisas, sei lá, de décadas atrás, muito pobrezinhas, podemos dizer, mas as pessoas cheias de boa vontade ao descobrir que podiam fazer alguma coisa e que tinham que fazer alguma coisa na altura em que tinha caído completamente o sistema de saúde, em que tinha caído o sistema de educação pública.

Na América Latina dá-se o mesmo fenómeno, na Ásia – é muito interessante e eu disse lá nesse artigo. Não vou dizer aqui porque já passei o tempo, não é? -.

Apenas quero sublinhar que em muitos continentes há nomes de mulheres que foram fundamentais nessa questão toda da sociedade civil. Vandana Shiva na Índia, Wangari Maathai no Quênia no resto da África. Agora, é aqui que começa uma clivagem entre a Europa e os Estados Unidos. E se é certo que hoje não há o problema Este – Oeste e que permanece o problema Norte – Sul de uma maneira que tem que ver com este sistema, com o sistema, global, surge este novo problema Oeste – Oeste, Europa – Estados Unidos e que me parece muito difícil de ultrapassar na medida em que há uma tradição: há uma América *way of life* mas há também uma forma europeia de viver. Essa forma europeia de viver consiste essencialmente, essencialmente, a diferença está em relação aos Estados Unidos no próprio facto de que o indivíduo, a pessoa humana estar de facto no centro, teoricamente, e os governos de todos os países ocidentais na primeira metade do século XX e depois, logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, desenvolverem um esquema em que, evidentemente, não faz sequer sentido para os Estados Unidos uma vez que nós temos férias, nos Estados Unidos não há, quando muito quinze dias por ano. Nós temos reformas, nos Estados Unidos não há, a pessoa tira a reforma quando quer, recebe tanto dinheiro e depois vai fazer o que entender ou não vai fazer nada. Nós temos protecção à maternidade, nos Estados Unidos, até há pouco tempo, não havia, a mulher tinha de declarar-se doente e neste momento há quinze dias para o parto, quinze dias que não são pagos. E, enfim, muitas outras coisas em que os americanos deviam trabalhar realmente um pouco mais. E isto tem que ver, então, é que no meio disso tudo, se não vamos abandonar o sistema multilateral que temos, nomeadamente as Nações Unidas, há várias ideias que têm sido debatidas sobre as reformas das Nações Unidas. A primeira reforma é a da Assembleia geral, da própria Assembleia Geral mas só temos interrogações, faz sentido um governo lato que não chega a ter um milhão de pessoas, tem seiscentas mil ou quinhentas mil, ter exactamente o mesmo peso na decisão que a Índia que é já neste momento o país mais populoso do mundo, mais do que a China, faz sentido? Será necessária uma ponderação do voto? Aqui está um problema que se pode discutir. Também algumas das nossas experiências democráticas. Por outro lado há também todo o trabalho



de como é que as Nações Unidas põem em acção as suas decisões. Os anos '90 foram uma grande esperança para muitos de nós porque houve várias conferências que são extensões da Assembleia Geral que julgávamos que iam ser, julgávamos não é no sentido naif, julgávamos porque trabalhámos para isso, que iam ser a agenda do século XXI e de facto sumiram.

A questão da segurança: a segurança nas Nações Unidas, a segurança humana desde 1990 tem sido um critério de segurança muito amplo que abarca, em primeiro lugar, a pessoa humana. Tem havido todos os anos, às vezes vem nos jornais aqui, este ano diz isto, diz aquilo, diz aqueloutro e Portugal está no lugar 37 ou está no lugar 41, enfim, lá estamos no fim da escala dos países desenvolvidos. Evidentemente que esta segurança humana fornece critérios para a acção e evolução das sociedades, fornece sistemas de alerta, porque é que os observatórios não estão aqui? Os vários observatórios que temos. E, neste momento, pergunta-se também para os aspectos de, digamos, sociais, onde é que, uma vez que a segurança depende também, não foi tão claramente dito, da situação demográfica e da situação de desenvolvimento, porque é que não é possível encontrar, é possível no conselho de segurança a possibilidade de um sistema dado de alerta em que é tão importante a ameaça contra a paz, no sentido imediato de ser contra a guerra, como é importante saber onde é que há situações que são explosivas. Elas vão ser cada vez mais explosivas. Realmente elas estarão – alguém me escreveu num livro que me ofereceu, e aqueles que sobram no planeta? E a minha resposta era, no dia em que os que sobram no planeta, neste momento é mais de metade da população, em 2025 será muito mais. Esses que sobram no planeta, isto é, que não têm direito às condições mínimas, no dia em que eles acordarem. E não é só o problema da imigração, é um problema, é uma questão muito mais funda. Estamos, portanto, perante uma questão ética e eu aproveito para dizer para não ser só assim coisas destas para irem ao teatro, ao Teatro Aberto ver uma peça que diz isto tudo, que se chama Copenhaga, e há uma discussão entre o físico do princípio da incerteza, Heisenberg, e o físico do sistema ondulatório, das partículas dos átomos, que é o Nielsborg, , ambos ficaram, Nielseborg na Dinamarca, com a Dinamarca ocupada e Heisenberg na Alemanha como professor da Universidade de Leipzig. Vejam, vão ver isto e terão lá esta série toda e tudo o que se pode fazer. A meu ver há uma terceira pessoa lá, que é a mulher do Neilsborg, e é ela que todo o tempo faz apartes, como se faz nas tragédias gregas, o juízo moral sobre aquilo que se está a passar. E a grande interrogação que atravessa a peça toda é se será admissível do ponto de vista moral que um físico colabore na exploração prática da energia atómica? Essa é a grande interrogação e já agora podem extrapolá-la para uma data de coisas. Desculpem eu ter levado tanto tempo.